

SERVIDOR PÚBLICO

Portal do Conhecimento / Legislação / Legislação Seleccionada / Legislação por Assunto

Data da atualização: 27.03.2025

| LEGISLAÇÃO FEDERAL | |
|--------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| LEGISLAÇÃO | EMENTA |
| <u>Lei Federal nº 13.822, de 03 de maio de 2019</u> | Altera o § 2º do art. 6º da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, para estabelecer que, no consórcio público com personalidade jurídica de direito público, o pessoal será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). |
| <u>Lei Estadual nº 7.809 , de 15 de dezembro de 2017</u> | Dispõe sobre a obrigatoriedade de a Administração Pública Estadual informar à Receita Federal e ao servidor público bombeiro e policial militares sobre os valores indevidamente descontados de seu contracheque, nos casos que menciona. |
| <u>Lei Estadual nº 7747, de 16 de outubro de 2017</u> | Dispõe sobre reserva de vagas para população com hipossuficiência econômica nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos integrantes dos quadros permanentes de pessoal dos poderes executivo, legislativo e judiciário e das entidades da administração indireta do Estado do Rio de Janeiro. |
| <u>Lei Estadual nº 7656, de 20 de julho de 2017</u> | Concede anistia administrativa aos servidores públicos civis e militares estaduais em razão dos movimentos reivindicatórios ocorridos entre setembro e dezembro de 2016. |
| <u>Lei Estadual nº 7454, de 18 de outubro de 2016</u> | Autoriza o poder executivo a reduzir a jornada de trabalho de servidores públicos ou militares que sejam legalmente responsáveis por pessoa com deficiência que requeiram atenção permanente. |
| <u>Lei Estadual nº 7451, de 18 de outubro de 2016</u> | Trata da transparência na realização de testes ou exames psicotécnicos, bem como de pesquisas, investigações sociais ou outros mecanismos relacionados à análise da conduta pregressa de candidatos a cargos públicos, bem como assegura o acesso aos motivos de sua reprovação, ou não seleção, em face de tais instrumentos e dá outras providências. |

| | |
|---------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <u>Lei Estadual nº 7167, de 21 de dezembro de 2015</u> | Dispõe sobre concursos públicos no âmbito do estado do rio de janeiro. |
| <u>Lei Estadual nº 7146, de 17 de dezembro de 2015</u> | Concede ao servidor público estadual o direito a folga remunerada após a realização de sessão de quimioterapia ou radioterapia a que tenha de se submeter, na forma que menciona. |
| <u>Lei Estadual nº 6963, de 16 de janeiro de 2015</u> | Consolida os cargos de provimento em comissão e as funções gratificadas e comissionadas do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências. |
| <u>Lei Estadual nº 6901, de 02 de outubro de 2014</u> | Dispõe sobre a contratação de pessoal por prazo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal, e dá outras providências. |
| <u>Lei Estadual nº 6740, de 02 de abril de 2014</u> | Altera a lei nº 6067, de 25 de outubro de 2011. |
| <u>Lei Estadual nº 6543, de 25 de setembro de 2013</u> | Dispõe sobre a dispensa de servidores nos dias e nas condições que menciona, e dá outras providências. |
| <u>Lei Estadual nº 6151, de 5 de janeiro de 2012</u> | Altera a Lei nº 3693, de 26 de outubro de 2001, que concede licença maternidade e paternidade aos servidores públicos estaduais que adotarem filhos. |
| <u>Lei Estadual nº 6067, de 25 de outubro de 2011</u> | Dispõe sobre reserva de vagas para negros e índios nos concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos integrantes dos quadros permanentes de pessoal do Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro e das entidades de sua administração indireta. |
| <u>Lei Estadual nº 6059, de 07 de outubro de 2011</u> | Proíbe o tratamento discriminatório às gestantes que participam de concursos públicos de provas ou de provas e títulos no âmbito da administração direta e indireta do Estado do Rio de Janeiro. |
| <u>Lei Estadual nº 6025, de 25 de agosto de 2011</u> | Dispõe sobre a composição das perdas remuneratórias dos servidores do quadro permanente dos serviços auxiliares do Ministério Público do estado do Rio de Janeiro. |
| <u>Lei Estadual nº 5987, de 15 de junho de 2011</u> | Dispõe sobre a composição das perdas salariais dos servidores do Poder Judiciário do estado do Rio de Janeiro. |
| <u>Lei Estadual nº 5938, de 4 de abril de 2011</u> | Dispõe sobre o acesso do candidato aos motivos de sua reprovação em exame psicológico para cargo ou emprego na administração pública estadual e dá outras providências. |
| <u>Lei Complementar nº 140, de 18 de março de 2011</u> | Extingue o estágio experimental no âmbito da Administração Pública do estado do Rio de Janeiro |

| | |
|-------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <u>Lei Estadual nº 5905, de 29 de fevereiro de 2011</u> | Altera a <u>Lei nº 4620, de 11 de outubro de 2005</u> , que dispõe sobre a reestruturação dos cargos do quadro único de pessoal do Poder Judiciário do estado do Rio de Janeiro. |
| <u>Lei Estadual nº 5870, de 13 de janeiro de 2011</u> | Dá nova redação ao parágrafo único do art. 2º da <u>Lei nº 3693, de 26 de outubro de 2001</u> . |
| <u>Lei Estadual nº 5774, de 29 de junho de 2010</u> | Dispõe sobre a composição das perdas salariais dos servidores do Poder Judiciário do estado do Rio de Janeiro |
| <u>Lei nº 5.596, de 14 de dezembro de 2009</u> | Dispõe sobre a comunicação aos servidores públicos ativos, inativos e pensionistas nos casos de insuficiência de margem consignável para pagamento de empréstimos consignados. |
| <u>Lei nº 5.260 de 11 de junho de 2008</u> | Estabelece o regime jurídico próprio e único da Previdência Social dos membros do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública do Tribunal de Contas, e dos servidores públicos estatutários do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. |
| <u>Lei n.º 5.166, de 19 de dezembro de 2007</u> | Altera o parágrafo único do art.35-a da Lei nº 3.189, de 22 de fevereiro de 1999 e dá outras providências disciplinando as contribuições de órgãos da administração direta. |
| <u>Lei n.º 5.034, de 29 de maio de 2007</u> | Altera o art. 29 da Lei nº 285/79, dispondo sobre a averbação, pelos servidores públicos estaduais, da condição de companheiros do mesmo sexo, para fins previdenciários, e dá outras providências. |
| <u>Lei n.º 4.765, de 19 de maio de 2006</u> | Dispõe sobre a contribuição do estado do Rio de Janeiro, suas autarquias e fundações, para a manutenção do regime próprio de previdência social dos servidores estatutários do estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências. |
| <u>Decreto n.º 39.397 de 01 de junho de 2006</u> | Dispõe sobre o recolhimento obrigatório da contribuição previdenciária por parte do segurado do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro nas hipóteses que especifica, e dá outras providências. |
| <u>Lei Complementar n.º 110, de 06 de dezembro de 2005</u> | Altera dispositivos do decreto-lei nº 220 (Estatuto dos Funcionários Públicos), de 18 de julho de 1975, e dá outras providências. |
| <u>Lei n.º 3.693, de 26 de outubro de 2001</u> | Concede licença maternidade e paternidade aos servidores públicos estaduais que adotarem filhos. |
| <u>Decreto 22.152, de 02 de maio de 1996</u> | Estabelece normas para o processo de revisão de pensões pagas pelo IPERJ. |

| | |
|-----------------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <u>Lei n.º 2.482, de 14 de dezembro de 1995</u> | Altera a Lei nº 2298 de 28 de julho de 1994, e dá outras providências, determinando a participação de pessoas com deficiência em concurso público em igualdade de condições. |
| <u>Lei n.º 1.698, de 23 de agosto de 1990</u> | Institui regime jurídico único para os servidores estaduais, e dá outras providências. |
| <u>Lei n.º 530, de 04 de março de 1982</u> | Dispõe sobre o reajustamento, de uma só vez, de vencimentos, salários e proventos dos servidores civis do estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências. |
| <u>Decreto n.º 2.479, de 08 de março de 1979</u> | Aprova o regulamento do estatuto dos funcionários públicos civis do Poder Executivo do estado do Rio de Janeiro. |
| <u>Decreto-Lei n.º 220, de 18 de julho de 1975</u> | Dispõe sobre o estatuto dos funcionários públicos civis do Poder Executivo do estado do Rio de Janeiro. |

Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria Geral de Gestão do Conhecimento

Departamento de Gestão do Conhecimento Institucional
Divisão de Organização de Acervos do Conhecimento

Pesquisa elaborada e disponibilizada pelo Serviço de Captação e Estruturação do Conhecimento

Para sugestões, elogios e críticas: seesc@tjrj.jus.br